

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.663.577 - GO (2020/0034444-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : F M DE A**  
**ADVOGADOS : JÚLIO CÉSAR DO VALLE VIEIRA MACHADO - GO010193**  
**STELA MARA DO VALLE VIEIRA MACHADO - GO009232**  
**WALDEMAR SAMPAIO OLIVEIRA - GO034358**  
**AGRAVADO : J C A**  
**AGRAVADO : L C A**  
**ADVOGADO : LACORDAIRE GUIMARÃES DE OLIVEIRA - GO008269**  
**ADVOGADA : CÉLIA APARECIDA GUIMARÃES OLIVEIRA - GO016836**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por F M DE A, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

DUPLA APELAÇÃO CÍVEL DIVÓRCIO LITIGIOSO C/C  
GUARDA E ALIMENTOS PARTE FIXA E VARIÁVEL  
POSSIBILIDADE AUSÊNCIA DE JULGAMENTO EXTRA PETITA  
SENTENÇA ILIQUIDA INOCORRENCIA REDUÇÃO DOS  
ALIMENTOS INCAPACIDADE FINANCEIRA ÔNUS DA PROVA  
HONORÁRIOS AD VOC ATI CI OS SUCUMBENCIA MINIMA  
SENTENÇA MANTIDA APELAÇÕES CÍVEIS CONHECIDAS E  
DESPROVIDAS

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 1022, II, e 489, §1º, incisos IV e VI do CPC, no que concerne à existência de omissão, trazendo os seguintes argumentos:

Destarte, diante dos fatos apresentados, requer o provimento deste especial para que seja cassado o acórdão, determinando o retorno do processo ao Tribunal de Justiça de origem para que seja analisada e explicitada os precedentes da própria Câmara Cível julgadora não são aplicáveis ao caso concreto. (fls. 384).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 1694, §1º, do CC, no que concerne ao percentual fixado a título de

alimentos, trazendo o seguinte argumento:

Restou incontroverso nos autos os ganhos mensais recorrente, que ao compararmos somente com os valores fixados em salário mínimo a época, percebe-se que a quantia já ultrapassou o percentual de 30% dos ganhos líquidos, destacando ainda que os filhos ficam metade da semana na companhia do pai. (fls. 385).

Assim, diante da demonstração do entendimento jurisprudencial apresentado, requer o provimento do recurso para que os alimentos sejam fixados no patamar máximo de 30% dos ganhos líquidos do recorrente, respeitando assim o critério da proporcionalidade e possibilidade do recorrente. (fls. 386).

Quanto à terceira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 86 do CPC, no que concerne à divisão dos ônus da sucumbência, trazendo o seguinte argumento:

O art. 86, *caput* do CPC determina a distribuição dos ônus sucumbências, impondo a divisão da sucumbência em casos de julgamento parcialmente procedente, como é o presente caso ao analisarmos a sentença, vejamos: [...]. (fls. 386).

É o relatório. Decido.

Quanto à **primeira controvérsia**, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF (“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”), uma vez que a parte recorrente alega, genericamente, a existência de violação do art. 1.022 do CPC de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem, contudo, demonstrar especificamente quais os vícios do aresto vergastado e/ou a sua relevância para a solução da controvérsia.

Nesse sentido, este Superior Tribunal de Justiça já decidiu que “é deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015 se faz sem a demonstração objetiva dos pontos omitidos pelo acórdão recorrido, individualizando o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão supostamente ocorridos, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos. Incidência da Súmula 284/STF” (REsp n. 1.653.926/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.664.349/MG,

relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 15/2/2019; AgInt no REsp n. 1.247.725/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 8/2/2019; AgInt no REsp n. 1.157.185/MT, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 10/4/2018; AgInt no AREsp n. 510.571/PE, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 19/12/2016; EDcl no AgRg no REsp n. 1.108.053/RS, relator Ministro Reynaldo Soares Da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 12/8/2015.

Quanto à **segunda controvérsia**, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Contudo, a dirigente processual em primeiro grau de jurisdição fixou os alimentos 01 (um) salário-mínimo e meio para cada filho e manteve a obrigação de arcar com 50% (cinquenta por cento) do pagamento de mensalidade escolar, plano de saúde médico e odontológico.

Ocorre, porém, que os alimentos podem ser fixados em parte fixa (salário mínimo) e em parte variável (50% do valor do plano de saúde, por exemplo), em atenção ao binômio necessidade-possibilidade, sem que a decisão que fixar as duas modalidades de alimentos, seja extra petita.

Com efeito, os alimentos arbitrados em valor equivalente a 1 salário-mínimo e meio para cada filho têm o propósito de garantir os interesses dos adolescentes, que necessitam de determinada soma financeira para fazer frente as suas despesas básicas, que englobam não apenas mensalidade escolar e planos de saúde médico e odontológico. (fl. 321).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o exame do percentual fixado a título de alimentos demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma,

DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à **terceira controvérsia**, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Por fim, quanto ao ônus de sucumbência, constata-se que, neste mister, também, não há de ser censurado o ato judicial impugnado, porquanto a autora, ora primeira apelada, decaiu de parte mínima de seus pedidos, devendo o primeiro apelante arcar com a totalidade das despesas e honorários advocatícios, nos termos do art. 86, parágrafo único do CPC. (fl. 326).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas honorárias, a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencedores ou vencidos na demanda, bem como da proporção em que cada parte ficou sucumbente em relação ao pedido inicial, enseja o revolvimento de matéria eminentemente fática.

Nesse sentido: “a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencidos na demanda, bem como a verificação da existência de sucumbência mínima ou recíproca, encontram inequívoco óbice na Súmula 7/STJ, por revolver matéria eminentemente fática.” (AgRg nos EDcl no REsp 757.825/RS, relatora Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJe de 2/4/2009)” (AgInt no AREsp 1199168/RJ, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 2/4/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no REsp 1188891/DF, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 12/2/2019, DJe de 19/02/2019; AgInt no AREsp 1013012/RJ, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 6/3/2018, DJe de 14/3/2018; e AgInt no AREsp 1036148/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 20/4/2017, DJe de 3/5/2017.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente